DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 10453/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/64/2015
PROTOCOLO	: 1561692
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE
ORDENADOR (A)	: ÂNGELA MARIA DE BRITO E OUTRO
TIPO DE PROCESSO	: NOTA DE EMPENHO Nº 524/2014
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: MICMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP – BOTIJÃO DE GÁS 13KG E BOTIJÃO DE 45KG, PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS.
VALOR INICIAL	: R$ 60.011,00 (SESSENTA MIL E ONZE REAIS)

Em análise o Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 524/2014), oriundo do Pregão Presencial nº 01/2013 e a respectiva execução financeira, tendo como partes a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e a empresa MICMAR Comércio e Serviços Ltda. – EPP para a aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP – botijão de gás 13 kg e botijão de 45 kg, para atender as Secretarias e Autarquias do Município de Campo Grande, MS.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-10728/2018 (fls. 68 - 75), manifestou-se pela regularidade da formalização do instrumento substitutivo contratual e da execução financeira, com ressalva quanto ao descumprimento de prazo na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-4ªPRC-17700/2018 (fls. 76 - 78), manifestou-se pela irregularidade da formalização do instrumento contratual e da execução financeira contratual.

É o relatório.

DECISÃO

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 01/2013, o mesmo já foi julgado por esta Corte de Contas através da Deliberação AC01 nº 847/2017 (proc. TC/MS nº 11705/2013) pela irregularidade.

O Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 524/2014) encontra-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, em consonância com as exigências do procedimento licitatório.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho	R$ 60.011,00
Notas Fiscais	R$ 60.011,00
Notas de Pagamentos	R$ 60.011,00

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2], no entanto, a remessa dos documentos a esta Corte de Contas foi intempestiva, recomendando-se ao administrador maior atenção quanto aos prazos no envio de documentos a este tribunal.

Ante o exposto, de acordo com a análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas **DECIDO**:

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/6 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Instrumento Contratual Substitutivo (Nota de Empenho nº 524/2014), celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande e a empresa MICMAR Comércio e Serviços Ltda. – EPP, nos termos do art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS a Sra. Ângela Maria de Brito, responsável à época, portadora do CPF nº 143.162.001-78, nos termos do art. 44, I[3] e 46[4] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, por infração à prescrição legal e regulamentar;

IV – pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado recolha o valor referente à multa acima disposta junto ao FUNTC, nos termos do art. 83[5] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

V - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[6] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[7], do Regimento

---

[3] Art. 44. No exercício de sua competência, o Tribunal pode aplicar as seguintes sanções:
I – multas;
(...)
Parágrafo único. As multas podem ser aplicadas cumulativamente, para sancionar as infrações apuradas pelo Tribunal e pela falta de remessa, dentro do prazo, de informações, dados ou documentos solicitados pelo Tribunal;

[4] Art. 46. A multa incidente sobre a falta de remessa intempestiva de informações, dados ou documentos ao Tribunal corresponde ao valor de uma UFERMS por dia de atraso, não podendo ultrapassar o valor correspondente ao de trinta UFERMS;

[5] Art. 83. O valor da multa aplicada pelo Tribunal deve ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), por meio de guia ou instrumento apropriado.

[6] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 05 de novembro de 2018.

JERSON DOMINGOS
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

SMSC

[7] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.